



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008368-37.2009.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Títulos de Crédito**  
 Requerente: **Dorival Custodio da Silva Me**  
 Requerido: **Via Bella Saude e Beleza Ltda e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 02 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
**Dr. MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 907/09

### VISTOS

**DORIVAL CUSTÓDIO DA SILVA ME** ajuizou Ação **DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO com pedido LIMINAR e ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** para cancelamento de protestos c.c. **REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS e MATERIAIS** em face de **VIA BELLA SAUDE E BELEZA LTDA e BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que adquiriu produtos da primeira requerida Via Bella Saúde através do pedido de nº 0029339283 no valor de R\$ 305,99, que quitou em 26/02/2007; na sequência foi surpreendido como o protesto da duplicata de nº 00963466 com vencimento para 13/03/2007, título emitido indevidamente pela primeira requerida e negociado com o segundo requerido. Como realizou apenas uma compra junto à Ré (ou seja, aquela paga em 26/02/2007 e identificada na nota fiscal de nº 101491-01/1) requer o cancelamento do protesto e o pagamento de Danos Materiais e Morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 08/21.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Pelo despacho de fls. 22, foram deferidos em termos, os pedidos de antecipação de tutela.

Devidamente citado, o **correquerido Banco Comercial** contestou alegando, preliminarmente, a ilegitimidade passiva. No mérito aduziu em síntese que: 1) desconhece as circunstâncias que justificaram a emissão do título, não tendo participação em qualquer negociação entre as empresas envolvidas; 2) agiu legitimamente, exercendo direito que lhe assiste, qual seja levar o título a protesto, em conformidade com o artigo 13 §4º da Lei de Duplicatas (Lei nº 5.474/68); 3) não possui nenhuma responsabilidade pelo título; toda e qualquer responsabilidade cabe ao Corréu que firmou negócio com a Autora. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Citada por edital (fls.211), a **correquerida Via Bella Saúde e Beleza** recebeu curador especial, que contestou por negativa geral, às fls. 213. Requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.215.

Pelo despacho de fls. 216, as partes foram instadas a produzir provas. O **correquerido Banco Industrial** demonstrou desinteresse e a **correquerida Via Bella Saúde e a requerente** permaneceram inertes.

Declarada encerrada a instrução a fls. 221, o requerente apresentou memoriais às fls.223/ e o **correquerido Banco Industrial** não se manifestou.

**É o relatório.**

**DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

A autora busca, em primeiro plano, a declaração da inexistência da relação jurídica consubstanciada na duplicata mercantil nº 963466, sacada contra ela pela empresa correquerida **Via Bella Saúde e Beleza Ltda** e protestada pelo correquerido **Banco Industrial e Comercial S/A** (cf. fls. 17); busca também o cancelamento definitivo do protesto e indenização por “danos morais”. Sustenta, em resumo, não ter firmado com a sacadora ato negocial apto ao saque.

O pleito improcede em relação a casa bancária que foi contratada especificamente **para promover a cobrança do título**; seguindo ordens expressas do cliente – a coré empresa - providenciou a indicação a protesto; como se vê no documento de protesto de fls. 17, figurou ela como **simples mandatária para operar, saliento, a cobrança.**

Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA. ENDOSSO-MANDATO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. 1. A instituição financeira que recebe título de crédito por endosso-mandato não possui legitimidade passiva para responder à ação de sustação ou cancelamento de protesto, salvo quando advertida previamente sobre a falta de higidez da cobrança, o que não se verifica na espécie. Precedentes (**AgRg no Ag 1057035/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2008, DJe 24/11/2008**);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA - ENDOSSO-MANDATO - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA -



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**PRECEDENTES DESTE STJ - AGRAVO IMPROVIDO (AgRg no Ag 965.893/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2008, DJe 20/06/2008);**

COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DUPLICATA. BANCO ENDOSSATÁRIO-MANDATÁRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RESISTÊNCIA AO PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DUPLICATA. SUCUMBÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I – O endosso-mandato não transfere a propriedade do título ao endossatário, tornando este parte ilegítima na ação de anulação de título de crédito fundada na ausência de negócio jurídico subjacente (**REsp 280.778/MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2001, DJ 11/06/2001, p. 232**).

\*\*\*\*\*

Já em relação à correquerida **Via Bella Saúde** as súplicas procedem.

A defesa trazida pela curadora especial em atenção ao princípio do contraditório não tem força para obstar a razão do reclamo.

Reputando verdadeiro que a **única relação comercial mantida entre as partes é aquela descrita na nota fiscal nº 101491** (fls. 13), que deu ensejo ao boleto bancário de fls. 14, e foi devidamente quitada na data do vencimento (o comprovante de pagamento vem atestado no próprio boleto de fls. 14 – ao final) só podemos concluir, via de consequência que **o segundo título foi sacado sem lastro e, assim, deve ser retirado do cenário jurídico.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Como a duplicata é título causal, somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão.

Acerca dessa natureza leciona Fábio Ulhoa  
 Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219-grifei).

Por fim, como o protesto acabou se concretizando e teve por base título sem lastro é de rigor arbitrar o dano moral pelo qual responderá a corré “Via Bella Saúde” e que no caso se tipifica “*in re ipsa*”.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

prudencial”, referido na RT 650/63.

O agir da coré causou efetivo dano à autora, empresa atuante no mercado local. Assim, equacionadas tais circunstâncias, e observado o “critério prudencial”, parece-me justo que a corré “Prisma” indenize a autora com quantia equivalente a **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

**Mais, creio, é desnecessário acrescentar.**

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os reclamos em relação ao correquerido **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A** e condeno a autora ao pagamento das custas proporcionais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 724,00.

Por outro lado, **ACOLHO AS PRETENSÕES INICIAIS** em relação à **copostulada remanescente** para DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DA DUPLICATA MERCANTIL Nº 963466 e determinar o LEVANTAMENTO DEFINITIVO DE SEU PROTESTO; outrossim, CONDENO a requerida, **VIA BELLA SAÚDE E BELEZA LTDA**, a pagar à autora, DORIVAL CUSTÓDIO DA SILVA ME, a quantia de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) a título de danos morais, com correção a contar da publicação da presente, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em 10% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**